

“CONCEITO CIENTÍFICO” E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NA CHINA DE HOJE

Elias M. K. Jabbour¹

Por ocasião do 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh), realizado em outubro último em Pequim, o núcleo da atual geração dirigente – Hu Jintao –, cravou sua marca nos estribilhos da evolução do pensamento do PCCh, e simultaneamente pautou uma verdadeira política de Estado a ser executada para os próximos anos e talvez gerações. Com o denominado “conceito científico de desenvolvimento”, Jintao seguiu a mesma trilha de seus predecessores que, ao sintetizarem conceitos, sistematizaram expressões que dão conta da forma com que cada geração enfrentou desafios impostos pela conjuntura e, ao mesmo tempo, buscaram granjear a unidade política do país e do partido dirigente em torno de suas soluções².

Logo, a análise do “conceito científico de desenvolvimento” só é proveitosa à luz da história recente. Trata-se de analisar o conceito como resposta aos imensos desafios encetados à China neste início do século XXI. Desafios estes decorrentes do surgimento de complexos problemas que podem variar tanto dos *limites do próprio modelo* em si, quanto os da necessidade e das formas de se alocar interesses de grupos diversos em um país cujo poder é exercido por uma única força política, redundando, para muitos, no surgimento de uma pauta dita “democrática”.

Assim, faz-se necessário, neste espaço, expor – mesmo superficialmente – sobre o alcance do *desenvolvimentismo com características chinesas* para, em seguida, demonstrar os limites impostos, os desafios e os encaminhamentos delineados pela via do “conceito científico de desenvolvimento”, incluindo os desafios da própria representação política em si, sob o signo da busca por “estabilidade social”.

1. O “DESENVOLVIMENTISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS”

Baseada uma grande autoconfiança num mundo de turbulências e mudanças drásticas, sendo a principal delas a desagregação da URSS e a conseqüente débâcle do *sistema socialista mundial*, a

¹ Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CFH-UFSC e do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico (IBECAP) e autor de *China: infra-estruturas e crescimento econômico* (Anita Garibaldi, 2006, 256 p.) e *China: desenvolvimento e socialismo de mercado* (Departamento de Geociências do CFH-UFSC, 2006, 86 p.). Endereço eletrônico: eliasjabbour@terra.com.br

² Uma afinada investigação acerca das características da atual geração dirigente chinesa pode ser encontrada em: OLIVEIRA, Amaury P.: “Governando a China: a quarta geração dirigente assume controle da modernização”. In, *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol. 42, n° 002, jul./dez., 2002, p. 138-160.

governança chinesa fez a correta *escolha soberana* – portanto, fora dos esquemas estratégicos dos EUA, como o fez a América Latina na década de 1990 –, de navegar no mar da “globalização” como forma de alcançar o objetivo de re-projetamento da China ao rol das grandes nações em um mundo marcado pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas e pela existência de grandes potências.

Assim, e após o diagnóstico acerca da improbabilidade de uma 3ª Guerra Mundial envolvendo o *capitalismo* e o *socialismo*, a consecução dos citados objetivos centrou-se em uma participação ativa no já referido processo de “globalização”. Para tanto, fez praticar uma *retificação de curso* amplamente baseada tanto na capacidade milenar de comércio e de acumulação do camponês médio chinês (reconstruindo, assim, o pacto de poder vitorioso em 1949)³, quanto na constituição de um *círculo internacional chinês* espalhado pelo Sudeste Asiático. *Círculo* com poder financeiro suficiente para carrear ao continente seus excedentes, viabilizando, assim, tanto o financiamento externo da modernização e a indigenização de avançadas técnicas modernas de administração, quanto a solução de pendências históricas como Hong-Kong, Macau e principalmente Taiwan.

Como resultado, nos últimos 30 anos o país tem crescido ininterruptamente numa média que varia de 10% ao ano; deixando, assim, de representar 1% do PIB mundial, no início das reformas, para 4,2% em 2004. Seu comércio exterior cresceu em quase 100 vezes, pois em 1978 seu volume foi de US\$ 20,6 bilhões e, em 2007, passou dos US\$ 2 trilhões. Desde meados da década de 1990 ela é a maior receptora de capitais produtivos estrangeiros, sendo que em 2006 sua cifra foi de US\$ 69,5 bilhões. Suas reservas cambiais em outubro último eram estimadas em US\$ 1,45 trilhão.

Notável, também, fora a retirada de pessoas da linha da pobreza. Segundo dados devidamente amplificados pelo *Banco Mundial*, o número de pessoas abaixo da linha da pobreza na China diminuiu de 490 milhões em 1981 (ou 49% da população) para 88 milhões em 2003 (7% da população).

Houve um aumento de sua influência na economia mundial tão claro a ponto de qualquer mudança que vier a afetá-la internamente pode ser o estopim de grandes repercussões no mercado internacional. No período de 1999 e 2006 seu crescimento correspondeu a 29% do desempenho econômico mundial e, segundo Barros de Castro, se mantidas as taxas de crescimento tanto da China, quanto dos EUA, as duas economias se “encontrariam” em tamanho no espaço de 10 anos⁴. Em 2000, a China representava 3,4% do PIB mundial; 11,6% do PIB calculado sobre a paridade do poder e compra (PPA); 6,6% do consumo de petróleo e 3,9% das exportações mundiais. Já em 2004 (já citado), representou 4,2% do PIB mundial (13,2% em PPA); 8,35 do consumo mundial de petróleo e 6,5% das

³ Noventa por cento dos empresários chineses instalados na Zona Econômica Especial de Shenzhen eram camponeses médios em 1978

⁴CASTRO, A. Barros de: “No espelho da China”. Documento recente e disponível em: <http://plenoemprego.files.wordpress.com/2008/02/no-espelho-da-china1.pdf>

exportações correntes no mundo⁵. Tais números subiram desde o período, sem sobra alguma para dúvidas.

É grande evidência pressupor que dado o peso histórico, geográfico e populacional da China, esse processo – cujos números citados são expressão – em curso tende a criar uma nova geografia econômica do mundo, para onde se dirigem e saem fluxos financeiros, econômicos, políticos e culturais crescentes. Enfim, um grande imã que atrai e irradia movimentos gravitacionais e que edita uma grande reocupação de espaços perdidos desde o início das agressões estrangeiras em 1839⁶.

Consequência desta “reocupação de espaços” é encerrada em seu *crescente poderio financeiro* como a tábua em que se assenta uma *planificação do comércio exterior* possibilitadora da implementação de uma *convivência imediata* com seu principal *competidor estratégico* que inclui – não espantosamente –, o financiamento dos chamados *déficits gêmeos* do próprio *competidor estratégico*. Porém, a grande expressão dessa nova força financeira internacional (lastreada *historicamente* por uma política comercial milenar e avassaladora) está na possibilidade de proscricção dos principais órgãos financeiros surgidos no âmbito de *Bretton Woods*, notadamente o FMI e o Banco Mundial – conforme a política africana e latino-americana da China vem demonstrando nos últimos anos⁷.

2. A DIMENSÃO EXATA DOS LIMITES E CONTRADIÇÕES

Em momento de grande perplexidade com a velocidade e a forma com que o desenvolvimento muda a face da China, é de bom grado advertir que, ao lado do sucesso e da consolidação de pretensões de ordem mundial, o desenvolvimento na China também guarda sua face dolorosa e eivada de inquietações, que talvez sejam o próprio motor do processo em si. Uma economia em desenvolvimento não resolve problemas sem criar outros maiores, saltando de forma ininterrupta de um desequilíbrio a outro. E a China não foge à regra.

Assim, podemos de imediato relacionar três grandes fontes de limites, que se relacionam, ao processo em andamento na China. Trata-se da *relação entre o tamanho de sua população, os recursos existentes em seu território e o modelo clássico de industrialização extensiva*. Desta relação podem ser

⁵BUSTELO, Pablo: “China 2006-2010: hacia una nueva pauta de desarrollo”. In, *Revista Electrónica de la Fundación Real Instituto Elcano. Madrid: n° 127-2005 - 26.10.2005*.

⁶MAMIGONIAN, A. “Apresentação”. In: JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 7-10.

⁷ Se na Idade Média o comércio entre feudos era variável de ínfima consideração, o mesmo não ocorre na contemporaneidade na medida em que o comércio internacional transformou-se em variável de primeira grandeza, o que nos sugere que a investigação que busque sínteses de longo prazo não pode prescindir da variável comércio internacional como o *locus síntese* de primeira hora das contendas que envolvem as nações. Eis, a nosso ver o grande paradigma, como teoria e prática, das relações internacionais modernas. Arriscamo-nos a dizer que o futuro depende, e é guardado, necessariamente, a quem vencer a cada vez mais presente e aberta guerra comercial entre China e EUA.

extraídas as principais contradições surgidas nessa esteira desenvolvimentista: a *pressão sobre os recursos naturais*, as *desigualdades sociais e regionais* e a *danificação ao meio ambiente*.

A população chinesa ainda não atingiu seu pico. O início de sua curva decrescente deverá ocorrer por volta de 2030, quando o país poderá chegar a 1,5 bilhão de habitantes. A sua economia corresponde somente a 1/7 da economia norte-americana e a 1/3 da japonesa, o que a coloca – apesar das duplicações do PIB pós-1978 – entre as economias de *baixa renda per capita*. Com 1/5 da população mundial, a China conta com somente 5% das terras em condições de plantio no planeta. Seus recursos hídricos per capita correspondem somente a 25% da média mundial. Os recursos chineses em petróleo, gás natural, cobre e alumínio per capita são da ordem de 8,3%, 4,1%, 25,5% e 9,7 das respectivas médias mundiais⁸.

No campo de análise da produção industrial e do caráter *extensivo* caracterizado por um grande aporte de capital e trabalho, em detrimento da incorporação de novas tecnologias, podemos afirmar que esse tipo de produção é grande fonte de contradições, cuja superação é determinada pela incorporação de novos paradigmas tecnológicos capazes de acelerar a produtividade do trabalho⁹. Não somente isso – conforme o desenvolvimento interno do país vem nos mostrando, também é necessário aprofundar a mudança em curso do modelo¹⁰. O que significa dizer: fortalecimento da demanda interna e das empresas nacionais e lenta diminuição do fator comércio exterior na composição do PIB que passou de 22% em 1992 para a altíssima taxa de 47% em 2006¹¹. Significa também demonstrar a pressão sobre os recursos naturais originados desse tipo de organização industrial: atualmente a China necessita de 832 toneladas de petróleo para produzir US\$ 1 milhão em riquezas, isto é, quatro vezes mais que os EUA (209 ton.), seis vezes mais que a Alemanha (138 ton.) e sete vezes mais que o Japão (118,8 ton.)¹².

Os impactos ao meio-ambiente de 30 anos de industrialização rápida e ininterrupta também têm sido altos. Por exemplo, 70% das águas subterrâneas do país estão contaminadas, principalmente as localizadas no norte do país onde 60 milhões de pessoas seguem com dificuldade para dispor de água potável. Dezesseis das 20 cidades mais poluídas do mundo localizam-se na China que, por sua vez, ocupa o segundo posto em emissão de dióxido de carbono (apesar de sua emissão *per capita* ainda ser

⁸ BIJIAN, Zheng: “China’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status”. In: *Foreign Affairs*, September/October 2005.

⁹ Deve-se ter uma visão de conjunto e uma certa rigidez teórica e metodológica ao analisar o fator “industrialização extensiva” na China, pois a grandeza territorial e populacional do país faz-nos sugerir que – na China – estão em plena convivência as três chamadas “revoluções industriais”, significando que ao lado de formas típicas da 2ª Revolução Industrial (RI) existem ainda grandes parcelas da economia transitando tanto à primeira quanto à segunda e desta à terceira RI (setor espacial, por exemplo). Assim, a equalização de tal fenômeno só pode ser feita nos marcos de um intenso processo de urbanização que não pode ser procedida fora dos marcos de algo minimamente calculado e planejado, dado os custos sociais que de tal processo derivam.

¹⁰ A crise asiática representou um divisor de águas nesse processo de transição conforme tentamos demonstrar em: JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

¹¹ *China Statistical Yearbook* para todos os anos.

¹² BEI Jin: “From Concept to Implementation: a Scientific Concept of Development”, *Time*, 24/01/2007. Disponível em: <http://www.safea.gov.cn/english/content.php?id=12742807>.

muito baixa), e o primeiro lugar na emissão de clorofluorebunetos e de dióxido sulfúrico por superfície habitada. Os prejuízos ao país somente no ano de 2005 foram da ordem de US\$ 10 bilhões por conta dos efeitos da chuva ácida¹³. Um agravante neste caso deve-se à previsão de crescimento do parque automotivo, que poderá saltar dos 20 milhões de carros em 2004 para 60 milhões em 2010 e a 90 milhões em 2015.

2.1. A explosiva, cíclica e milenar questão camponesa

A pressão sobre os recursos e os desequilíbrios ambientais, numa observação mais de fundo, devem ser vistos como parte de um conjunto que envolve a centralidade da questão social na China de hoje. De forma mais aguda e em perspectiva histórica, a questão social na atualidade é sinônimo de *questão camponesa*. Explosiva, cíclica e milenar, responsável pela queda de simplesmente todas as dinastias, a classe camponesa na China – cuja subjetividade é mediada por um espírito rebelde tipicamente taoísta – é o grande ator político do país e classe pela qual, de tempos em tempos, passa-se o crivo do merecimento ou não do *mandato do céu*¹⁴. Eis um dos maiores desafios, de caráter estritamente político, a ser enfrentado pela atual geração dirigente.

Em que pese a grande façanha da inclusão na China, a grande verdade é que o ritmo do nível das desigualdades aumentou substancialmente. Além disso, apesar da pobreza rural ter diminuído, a pobreza urbana aumentou, pois entre 1999 e 2003 a pobreza urbana passou de 11 milhões, ou 2,5% da população, para 23 milhões, ou 4% da população urbana. Voltando à questão do aumento das desigualdades, se tomarmos o quociente 20/20 (parte da renda nacional dos 20% mais ricos e 20% mais pobres) perceberemos que o mesmo aumentou de 6,5 em 1990 para 10,6 em 2001. Este dado se confirma se partirmos das bases de cálculo do *índice de Gini* (10/10): entre 1999 e 2001 os 10% mais ricos passaram a deter de 24,6% para 33,1% da renda nacional. Enfim, a China de hoje é uma das sociedades mais desiguais do mundo¹⁵.

No que tange às desigualdades regionais, o problema da concentração também é refletido. Entre 1990 e 2002 a renda média das cidades passou de 2,2 para 3,1 vezes mais alta que a do campo. A ampliação da renda rural em 2006 foi de 7,4%, enquanto nas cidades de 10,4%, denunciando – o que é óbvio –, que: as atividades urbanas são mais rentosas que as praticadas no meio rural; e a manutenção

¹³ JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. p. 125.

¹⁴ Infelizmente poucos percebem que a sustentação do regime ante os distúrbios de junho de 1989 em Pequim só foi possível graças ao sucesso da liberalização do comércio agrícola pós-1979, permitindo que os camponeses acumulassem riquezas, lastreando, assim, politicamente o regime. Sobre interessantes e essenciais aportes acerca da formação social chinesa ler: MAMIGONIAN, Armen: “As origens sociais e naturais do povo chinês”. In: *Revista de Geografia Econômica*. Dossiê Ásia-China 1: Núcleo de Estudos Asiáticos do Departamento de Geociências do CFH-UFSC, Florianópolis, Edição Piloto, p. 30-47. Junho/ 2007.

das diferenças campo-cidade redundam em cada vez maiores disparidades regionais seja na China, seja no mundo. Daí a necessidade de criar condições políticas, econômicas e infra-estruturais para uma cada vez maior absorção de mão-de-obra sobrando no campo para grandes centros urbanos – sejam eles centros já existentes ou em construção –, pois somente pela via da urbanização essa desigualdade, *em médio e longo prazo*, poderá ser equalizada¹⁶.

Outro dado que sugere reflexão encerra-se na atual taxa de poupança da China. O comportamento da taxa de poupança revela algo similar ao da taxa de investimento no período de 1980 a 2003, saindo de uma média de 35% nos anos de 1980 para exatos 44% no final de 2006, distribuída em: 7% do governo, 18% de famílias e 19% de empresas. Trata-se da mais alta taxa de poupança do mundo. Os números expressam um grande desequilíbrio: valores que no centro do sistema estariam disponíveis a empresas para estratégia de fusões e aquisições pelo mundo, na China são expressão de poupança familiar – o que, entre outras coisas, se relaciona diretamente com a debilidade de um sistema previdenciário e de saúde públicas que atingiu situação de caos no começo da presente década. Eis uma grande expressão da premência e do desafio que representa a questão social/camponesa na China de hoje.

Tal estado de coisas tem motivado uma nova de revoltas camponesas no interior do país nos últimos anos, com o acréscimo de motivações que vão desde a ocupação de terras de plantio por empreendimentos infra-estruturais e urbanos até a corrupção de funcionários públicos.

3. “CONCEITO CIENTÍFICO” E MUDANÇA DE MODELO NA CHINA

A transformação do “conceito científico de desenvolvimento” em política oficial de Estado e aporte teórico do PCCh é a cristalização de um processo iniciado já nos fins do mandato de Jiang Zemin no final da década de 1990. O objetivo de uma “sociedade modestamente acomodada” e a idéia de “harmonia social” já estava inscrita nos anais do 16º Congresso do PCCh realizado em 2002, denunciando que aos objetivos do regime a solução das novas “questões sociais” estavam passando a primeiro plano. Algo como uma idéia de “desenvolvimento com rosto humano”, ou da forma como os chineses tratam, “colocando o homem no centro”. Ou melhor, o “desenvolvimento a qualquer custo” deveria ser suplantado por um desenvolvimento como base de uma harmonia social, um *desenvolvimento cientificamente voltado a soluções de problemas criados pelo próprio processo em si*, uma tomada de consciência para quem *o crescimento econômico é a essência do desenvolvimento social, mas não o todo*.

¹⁵ Idem ao 5.

¹⁶ Mas não podemos generalizar acerca da urbanização na China, o que significa dizer que as soluções poderão ocorrer nos marcos de uma crescente urbanização do meio rural que se acelerou com o desenvolvimento das Townships and Village Enterprises nas décadas de 1980 e 1990.

A mudança do *modelo de desenvolvimento* na China fora assumida publicamente, e em claras palavras, por Hu Jintao em seu mais importante discurso desde o início de seu governo, proferido a 25 de junho de 2007 na Escola Central do Partido, momento aquele em que já estava sistematizada uma elaboração mais acabada do “conceito científico de desenvolvimento”. Por outro lado, tomando sob o aspecto do *comando do processo*, nada mais normal que um núcleo dirigente – (Hu Jintao e Wen Jiabao) com carreiras políticas de sucesso trabalhando em contato com as populações mais pobres do interior da China – fosse o timoneiro de tal mudança¹⁷.

Apesar dos sinais emitidos por ocasião do 17º Congresso Nacional do PCCh, o conceito em si fora anunciado pela primeira vez na 3ª Sessão Plenária do Comitê Central do PCCh em 2003. A mudança de eixo já pode ser sentida com os objetivos delineados no 11º Plano Quinquenal (2006-2010), onde nos estertores de sua elaboração Hu Jintao – em reunião do G-20 realizada em outubro de 2005 – sintetizou o “conceito científico de desenvolvimento” na busca por “cinco equilíbrios”, a saber: entre o desenvolvimento interno e a abertura à economia mundial, entre o interior e o litoral, entre as economias rural e urbana, entre o homem e a natureza e a economia e a sociedade. Enfim, a senha ao enfrentamento à moda “*bismarckiana*” das principais condicionantes internas do regime.

Porém, a nosso ver o aporte mais importante a ser buscado na prática concreta é a solidificação do instituto da “estabilidade social” como *causa e efeito* do sucesso da modernização do país, tendo como síntese, nas palavras de Hu Jintao, a construção de uma “sociedade socialista harmoniosa”. O que significa destacar relevo à *harmonia entre a economia e a sociedade, incluindo a crescente participação popular*. Como mais abaixo tentaremos demonstrar, o regime e sua reprodução dependem sobremaneira das formas que darão termo a uma ampla gama de interesses sociais múltiplos – entre os mais importantes, a própria questão social intrínseca aos camponeses e novos trabalhadores urbanos e a rápida ascensão de uma poderosa classe de proprietários no país. Eis o “x” da questão. Retornaremos a este assunto de forma mais detida.

3.1. Planejamento e projetos em andamento

A conjuntura em que se insere o “conceito científico de desenvolvimento” não é mais uma repetição atualizada de conjunturas como a de 1949, em que a necessidade de industrialização rápida e acelerada contava com pífios recursos, nem como a de 1978, quando os requerimentos da modernização,

¹⁷Hu Jintao foi governador das duas províncias mais pobres da China, Tibet e Gansu. O fato de ambos (Jintao e Jiabao) terem sido curtidos em meio às vastidões do oeste explicam, também, suas suscetibilidades ante as demandas de grupos internos do PCCh como a “Nova Esquerda”, grupo formado basicamente por intelectuais “mais à esquerda” que, longe de negar a essência das reformas econômicas, podem ser localizados no espectro político chinês em um campo quase oposto aos tidos como “ultraliberais” sediados, sobretudo, em Xangai.

em larga medida, assentavam-se numa grande inflexão externa do regime, dada sua não-autonomia financeira e tecnológica.

O que a China e seu projeto têm a favor na atual contenda é o fato de suas soluções estarem ao alcance de uma economia já calcada em bases industriais sólidas, com uma política ativa em ciência e tecnologia e, o principal, nos marcos de uma solidez financeira jamais sonhada pelas antigas gerações. Essa conjunção de fatores é condição objetiva ao lançamento de *novas e superiores formas de planejamento*, como expressão prática e em correspondência aos objetivos e desafios colocados pela conjuntura a atual geração dirigente.

Um planejamento de nível superior que signifique a utilização do acúmulo financeiro chinês ao combate às desigualdades sociais e regionais num outro patamar e que seja capaz de aproveitar a oportunidade dada pela história que se caracteriza, na atualidade, pela convivência em um mesmo mundo de milhares de cabeças, homens dedicados à ciência; homens esses que em nenhum momento da história foram contemporâneos – tanto nossos, quanto de si mesmos – e que à sua disposição contam, especialmente no *centro do sistema*, com recursos materiais inimagináveis e capacidade de dar curso a suas elucubrações mediados por um planejamento estatal e privado cada vez mais milimétrico.

De forma exata, ditas formas estão sendo lançadas a campo desde 1999, em meio ao decréscimo no nível de consumo popular verificado no desenrolar do 9º Plano Quinquenal (1996-2000). Exemplificamos o salto qualitativo em matéria de planejamento, em projetos de grande alcance ao enfrentamento das questões social e regional, como o “Projeto de Desenvolvimento do Grande Oeste” lançado na primavera de 1999 – desde então já responsável por investimentos da ordem de mais de US\$ 1 trilhão de dólares somente entre 2000 e 2006. Tal projeto está centrado numa troca interna de energia e matérias-primas abundantes no oeste do país por capital e tecnologia acumulados durante 25 anos pelo litoral. Trata-se da maior transferência territorial de renda da história, algo somente comparado com processo semelhante ao ocorrido na URSS nos primeiros planos quinquenais. Não é demais dizer que as províncias que crescem de forma mais acelerada no país são o Tibet e a região autônoma de Xinjiang¹⁸. Ora, se o ato de investir nada mais é do que transformar uma grande renda numa miríade de pequenas rendas (como dizia meu mestre Ignácio Rangel) estamos diante de um grande processo de distribuição, e

¹⁸Detalhes de inúmeros projetos de transferência territorial de renda em marcha na China podem ser encontrados em: JABBOUR, Elias: *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. Na verdade, e insistentemente frisada pelo Embaixador Amaury Porto de Oliveira, está em marcha na China todo um objetivo de constituição nas próximas décadas de uma economia continental de corte pós-fordista com políticas e manejos semelhantes aos executados pelos EUA em sua versão na segunda metade do século XIX. A exemplo de Oliveira, temos de ir mais longe. A nosso ver, significa afirmar que ao lado da constituição de um poder financeiro chinês, a unificação econômica do continente chinês é o *leitmotiv* de transformações qualitativas no cenário internacional. O que em miúdas palavras significa (economia continental mais poderio financeiro) mais um paradigma, a ser aprofundado, das relações internacionais do século XXI.

o mais importante: em setores da economia (construção civil) com grande capacidade de absorção de trabalho.

Mais um exemplo pode estar no anúncio, em 2004, de uma reforma financeira no país voltada para o corte de impostos sobre os camponeses de forma que tal carga chegasse a “zero” até o final de 2008. Abrindo parêntese, logo, assim como em 1978, implementa-se uma clara política de *relaxamento de relações de produção* muito bem definida. Para termos clareza da matéria, em algumas províncias como a rica Sichuan (sudeste chinês), as taxas cobradas aos camponeses variavam de 30% a 35% de seus rendimentos. Observando o geral, visualizamos que as taxas agrícolas entre 1949 e 1978 sustentaram o esforço de acumulação no país e correspondiam em 1979 a 41% da receita fiscal. Porém, a partir de 1979, com a difusão industrial e do setor de serviços, isso passou a corresponder somente a 1% do total no ano de 2003. Por menor impacto financeiro que tivesse sobre o Estado, o mais importante é o significado histórico deste ato, pois tais impostos vigoravam há mais de 3000 anos no país¹⁹.

Os resultados têm sido claros. Se tomarmos as safras agrícolas como uma grande determinação no sentido de auferir o “estado de ânimo” camponês, perceberemos que após uma intensa tendência de baixa iniciada em 2000, esta foi revertida e, já em 2004, a safra alcançou a marca de 469.5 milhões de toneladas de cereais, num aumento de 39,5 milhões de toneladas com relação ao ano anterior e, no mesmo ano, o subsídio estatal aos camponeses chegou a US\$ 6,5 bilhões num aumento com relação a 2003 de 15%. Esta tendência de alta nas colheitas até o momento não foi revertida, denunciando um imediato resultado satisfatório ao governo.

Enfim, no que concerne a novos aportes, em matéria de programação econômica e execução de projetos como os citados – e, incluso, um Plano Quinquenal totalmente voltado à questão ambiental com investimentos previstos da ordem de US\$ 175 bilhões entre 2006 e 2010²⁰ –, o exposto serve em grande medida como demonstração prática de uma determinada capacidade de enfrentamento de reais problemas. Nas trilhas das tarefas incumbidas ao *Príncipe Moderno* – descrito, um dia, por Gramsci.

Talvez seja nessa capacidade, revigorada por grandes condições industriais e financeiras, que resida o espírito prático que encerra o conteúdo do “conceito científico de desenvolvimento”.

4. MULTIPLICIDADE DE INTERESSES E “QUESTÃO DEMOCRÁTICA”

“Quando a moderna democracia chinesa se desenvolver, terá a própria marca, não a dos

¹⁹ “Having peaked in 1998, output fell steadily up in 2003, then recovered somewhat in 2004”. *Chinability*. 06/01/2005.

Disponível em: <http://www.chinability.com/Grain.htm>

²⁰ “China plan to protect environment”. *BBC News*, 18/07/2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia.pacific/5192376.htm>

americanos, mas à sua maneira conterà as oportunidades necessárias para a vida, a liberdade e a procura da felicidade pela qual todos os povos anseiam”

(Pearl Buck em palestra realizada nos EUA em 1948)

A estabilidade social é a grande chave política à consecução dos objetivos postos historicamente e do próprio “conceito científico de desenvolvimento”. Melhor dizendo, a estabilidade social é o objetivo número um do regime, a variável com capacidade de lubrificar o andamento de campos da prática concreta de governo no país. A China de hoje é uma sociedade em metamorfose ambulante, com ambulantes interesses em voga. São camponeses lutando por seus legítimos direitos ou simplesmente transformando-se em trabalhadores urbanos, intelectuais com cada vez maiores possibilidades de expor suas opiniões dentro e fora do país; uma classe média em barganha com o regime e uma verdadeira explosão de “capitalistas” com papel a cumprir no jogo interno da abertura de novos campos de investimento vitais ao conjunto da economia e, externamente, na frenética concorrência global entre países e empresas. No topo desta pirâmide está o PCCh, do qual a manutenção do desenvolvimento econômico e o alargamento de sua base social são incomensuráveis à continuidade do exercício de seu poder.

Assim, podem ser elencados os atores principais do surgimento de uma “questão democrática” na China. De um lado, pode-se vaticinar existir uma grande pressão à abertura do regime e uma aposta feita por muitos formadores de opinião, principalmente na Europa e EUA, em política internacional no próprio fracasso da experiência da revolução chinesa, tornando a liberalização do regime um imperativo ante o caos. De outro, existe um núcleo de governo ainda apostando na manutenção do desenvolvimento como amortecedor de pressões, mas também impondo seu próprio ritmo às transformações políticas, com respostas até agora, a nosso ver, satisfatórias e em consonância com sua própria história de 5.000 anos de civilização e 2.500 de Estado Nacional, o que pressupõe – em alguns casos – o aprofundamento de suas próprias experiências *milenares* de democracia de base em detrimento de *externalidades* sem grandes condições de responder aos anseios, tanto de seus próprios países de origem, quanto da China²¹.

4.1. Eixo no desenvolvimento, Estado de Bem-Estar Social e direitos formais

A história demonstra que somente nos marcos de um contínuo alargamento de sua base material, uma nação poderá comportar o surgimento de variegados interesses, de grupos e classes sociais. Eis o

²¹A importância desta questão pode ser expressa no fato de a palavra “democracia” ter sido proferida mais de 60 vezes por Hu Jintao em seu informe ao 17º Congresso Nacional do PCCh.

primeiro ponto. Ponto este já aprendido pelos chineses ao manifestarem reiteradamente o desenvolvimento como tarefa primária do regime, não existindo soluções aos impasses surgidos longe da manutenção de altos índices de crescimento. Trata-se de uma condição objetiva basilar à implementação de políticas públicas que visem ao tratamento de TODOS os “equilíbrios” enumerados por Hu Jintao, principalmente o equilíbrio entre a economia e a sociedade.

Por outro lado, pode parecer uma opinião simplista – mas não é na medida em que os desafios colocados à governança do PCCh não são de pequena monta –, mas se no médio prazo houver garantias de que os camponeses terão condições de se reproduzir e seus filhos de enfrentar o futuro; os trabalhadores tiverem ampliados e garantidos seus direitos e os “capitalistas” garantia de crédito e suporte a seus empreendimentos, acreditamos que nada poderá abalar o *status quo* do PCCh. Poderão estar garantidas, inclusive, as condições à construção de uma *ordem democrática*, já em curso, de forma que todos os interesses existentes na sociedade poderão ter seus devidos fóruns.

Ponto crucial à harmonia entre a economia e a sociedade reside no aparelhamento de um Estado de Bem-Estar Social com *características chinesas*. Nada como sua similar europeia e mais algo a ver com o aprofundamento de investimentos em saúde e educação, já iniciados em larga escala, de forma que, de um lado, uma imensa massa de pessoas possa ter acesso a benefícios reais do crescimento e, de outro, como forma de aumentar a participação da variável consumo no PIB do país, liberando os acúmulos em poupança ao consumo de bens industriais. A nosso ver, eis uma base concreta e única pela qual pode ser assentado o ascenso de novos direitos democráticos, da mesma forma que no Japão e na Coreia, onde o desenvolvimento foi a base de distintos processos de democratização. Neste aspecto, Hu Jintao, no já citado discurso de 25 de junho de 2007, ungiu entre os grandes objetivos imediatos do governo: o desenvolvimento prioritário da educação, reforma profunda do sistema de distribuição de renda e o estabelecimento de um amplo sistema de saúde. A bem da verdade os investimentos, por exemplo, em educação básica foram triplicados entre 2002 e 2006.

Outro campo em que os direitos de tipo democrático estão em trânsito na China é o relacionado aos direitos formais, entre eles, o reconhecimento de se transitar livremente pelo país e o dos direitos dos trabalhadores – ambas formas de participação no processo encampadas após algum nível de atrito entre a população interessada e as autoridades centrais. A liberdade de ir e vir interna foi praticamente legalizada após graves acontecimentos envolvendo um estudante, confundido com trabalhador migrante, que foi espancado até a morte em 2003 na província de Guangzhou. Mobilizações e discussões *virtuais* foram estopim de pressões que levaram o regime a ceder nesse aspecto, deixando fora de termo a lei que permitia a prisão de trabalhadores migrantes sem registro.

No campo dos direitos dos trabalhadores há ainda uma grande estrada a ser caminhada, porém necessária, num país em que a regulação do trabalho ainda é um problema. Porém, é inegável que avanços aconteceram. Como expressão disso, pode servir de exemplo tanto as mais de 1.000 empresas fechadas em 2006 por não estarem respeitando direitos básicos de um trabalhador, quanto o fato de a filial chinesa da Wal-Mart ser a única em que o direito de filiação sindical teve de ser aceito. Além disso, existe, atualmente, a possibilidade de trabalhadores em iminência de demissão disporem de bônus da empresa, de forma a assegurar-lhes alguma participação sobre os lucros. Um grande avanço tendo em conta que há apenas alguns anos, muitos trabalhadores demitidos voltavam às suas casas com poucas garantias de seguridade ante determinadas intempéries no trabalho²².

4.2. Democracia formal e o PCCh

Os poucos elementos elencados acima já são de suficiência à demonstração de que a China já caminha, a seu tempo e a seu jeito, no rumo de uma transição que pode desembocar numa democracia propriamente dita²³. Hoje, a sociedade chinesa é muito viva, em que o grosso de sua população tem plena consciência de seus direitos e deveres. Na própria universidade – conforme nossa experiência pessoal de visitas ao país é testemunha –, uma miríade de opiniões, que vão desde um culto ao ultraliberalismo até a militância em prol de minorias oprimidas (homossexuais), é tolerada como jamais ocorreu em todos os tempos. Outro exemplo pode ser reservado ao chamado feito em 2006 pelo *premier* Wen Jiabao para que os 200 milhões de usuários de internet no país se apoderassem do exercício do direito de supervisionar as ações do governo²⁴. São sinais significativos de uma transição em andamento.

Numa análise histórico-comparativa, é bom lembrar que as mulheres nos EUA só puderam ter direito a voto 120 anos depois da independência do país e os negros conquistaram direitos civis quase 200 anos após os acontecimentos de 1776 nos EUA. Importante também é afirmar que esse processo de mudança qualitativa nos EUA não pressupõe a derrubada do condomínio de poder pós-1776. Sem nenhuma intenção de fazer juízo de valor ao processo norte-americano, a grande verdade (e, como toda

²² Informações sobre a forma chinesa de transitar a uma democracia pode ser encontrada em entrevista realizada pela revista *Veja* (26/12/2006) com o iminente intelectual chinês Wang Hui, um dos expoentes da chamada “Nova Esquerda” no país. Desta entrevista extraímos e socializamos algumas sínteses.

²³ Esta constatação pode ser auferida, também, após a leitura de excelente artigo assinado pelo professor da Universidade Tsinghua de Pequim, John Thornton na edição de janeiro/fevereiro de *Foreign Affairs*, intitulado “Long Time Coming – The Prospects for Democracy in China”. Baseado em conversas com dirigentes do país e em apresentações de Hu Jintao e Wen Jiabao, Thornton auferiu o alcance e o gradualismo chinês em matéria de democracia, partindo de três campos previamente elencados pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, a saber: *eleições, independência do poder judiciário e supervisão baseada em balanços e resultados*, onde amiúde as indagações do autor quanto à velocidade e à forma como o processo está em andamento são de muito bom tom pelas informações nele contidas. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20080101faessay87101/john-l-thornton/long-time-coming.html>

²⁴ Tal observação foi feita em um *meeting* entre o Wen Jiabao e uma delegação do *Brookings Institution* e relatado pelo professor da Universidade Tsinghua de Pequim, John Thornton.

verdade, só tem lastro se for demonstrada *historicamente*) – baseada no desenvolvimento de processo com traços de similaridade com o visto nos últimos 230 anos nos EUA – é que a experiência chinesa ainda não completou 60 anos; logo, um nada curto caminho ainda há de ser seguido no desenvolvimento de uma democracia formal, também com *características chinesas* e mediado politicamente pelo próprio PCCh.

Neste aspecto não é de somenos vaticinar que cerca de 700 milhões de camponeses chineses vão às urnas periodicamente para eleger seus representantes ao nível da aldeia, inclusive com candidaturas externas ao PCCh, com importância crescente de eleição em eleição. Trata-se de um sinal no rumo de uma *democracia com características chinesas* expressada numa grande retomada da milenar democracia à base da aldeia típica de regiões do globo onde predominou a *pequena produção mercantil* (terras comunais germânicas, as Treze Colônias inglesas na América do Norte e vales de grandes rios na China, por exemplo). Instituídas na década de 1980 e abertas a não membros do PCCh desde 1998, evidente esse tipo de experiência ainda é caracterizada por uma série de vícios e problemas (nada anormal para um país que viveu sob uma variante de feudalismo durante mais de 3.000 anos, assim como – não é anormal – o avassalador poder do capital financeiro em qualquer contenda eleitoral, seja nos EUA, seja no Brasil, países onde eleger um candidato em qualquer nível custa milhões de US\$). Mas para quem não conhece a China (ou esteve lá e não teve acesso ao menos a pelo menos umas três aldeias camponesas, o que é tão importante quanto conhecer Pequim ou Xangai) é necessário registrar que é no nível da aldeia que se mede uma série de variáveis políticas. Apesar de não ser prudente superestimar este tipo de experiência, acreditamos que nela reside a semente cujo conteúdo revela parte da essência do futuro das reformas políticas na China.

O próprio PCCh não ficou incólume às mudanças verificadas no tecido social chinês. Acelerou-se o processo de transformação da identidade do PCCh na década de 1990. O PCCh caminhou a passos firmes na esteira de sua transformação em um partido político de caráter nacional, resultando em um “encontro” programático e de base social com as origens e objetivos do *Kuomintang* em seus primórdios sob a liderança de Sun Yatsen. Isso não representa renúncia aos objetivos estratégicos de maior envergadura – o que significaria uma negação da própria história e essência programática do PCCh –, mas sim a criação de condições que permitam sua adaptação a uma nova realidade em que, por exemplo, capitalistas surgidos pós-1978 com papel de relevo no desenvolvimento do país em um mundo ultra-competitivo pudessem ser abrigados sob o guarda-chuva do partido. Embora, por um lado, não haja nenhuma contradição nisso, por outro, tem demandado maiores mecanismos de controle ante a praga da corrupção e a sedução que os negócios comerciais impingem. Daí a atual geração nomear a corrupção

como o inimigo número um a ser combatido – um passo relativamente curto. Mas ainda o futuro próximo nos reserva algumas respostas nesse aspecto.

Finalizando esta superficial análise, há quem diga que uma reforma interna no PCCh guarda maior significado que experimentações de sufrágios em nível de base. Neste sentido, também se verifica mudanças no cotidiano do partido: de uma organização de listas prontas e fechadas a um partido político decidido a sacudir as teias de uma militância acostumada a determinados hábitos políticos. O próprio Hu Jintao, ao contrário de seus predecessores, não conta mais com maioria absoluta dentro do Politburo, o que tem conseqüência direta na vida partidária hoje literalmente incentivada a se discutir e trabalhar mais e se reunir menos. O último Congresso Nacional do PCCh foi o primeiro em que houve número de candidatos apresentados a ocupar as cadeiras do comitê central maior que as vagas disponíveis; 15% dos candidatos a delegados ao Congresso foram rejeitados e entre 2006 e 2007, 296 cantões de 16 províncias colocaram – como parte de um projeto de experimentação – os chefes locais do PCCh a serem votados, o que significa uma verdadeira prova de fogo a determinadas lideranças locais²⁵.

Ora, fica assim uma grande evidência de mudanças institucionais na China cristalizadas na própria prática política da atual geração no poder. Mas, é certo que da parte de nós analistas ainda vale um caminho muito longo e tortuoso de estudos e investigações, pois a democracia chamada a se encaixar numa *formação social complexa* como a da China não é a mesma praticada nos marcos de realidades nacionais como as do Japão e da Coréia.

Daí, sob nosso ponto de vista, a discussão não poder girar em torno de previsões do tipo “quando vai haver eleições na China?” (o que, aliás, torna a discussão algo próximo da *pauperização* absoluta do método científico), o que redundaria em mais de 90% dos casos em respostas não assentadas em métodos plausíveis com a superioridade metodológica que somente a *ciência histórica* e o *conhecimento da realidade concreta* são capazes de proporcionar.

Logo, sob nosso prisma, muito mais importante do que buscar respostas imediatas a determinadas questões é a compreensão do *processo histórico* em si que, no caso em tela – a China – é marcado por desafios e mudanças, nos quais se insere também a questão da legitimidade, cujo conteúdo do “conceito científico de desenvolvimento” e sua prática como método e política de Estado encerra *per si* uma série de questões colocadas, tanto pelo *momentum* chinês, quanto por *externalidades*.

²⁵Thornton, John: “Long Time Coming – The Prospects for Democracy in China”. *Foreign Affairs*. Vol. 87, nº 1. January/February 2008.